


**ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS
NO ENSINO SUPERIOR POR GÊNERO E RAÇA**

**SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF THE ENROLLMENT OF STUDENTS WITH
DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION BY GENDER AND RACE**

**ANÁLISIS SOCIOLÓGICO DE LAS MATRÍCULAS DE ESTUDIANTES CON
DISCAPACIDADES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR POR GÉNERO Y RAZA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-182>

Data de submissão: 17/11/2025

Data de publicação: 17/12/2025

Thayara Rocha Silva

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: thayara_rs@hotmail.com

Silvia Marcia Ferreira Meletti

Doutora em Psicologia Escolar

Instituição: Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: smeletti@gmail.com

Angela Maria de Sousa Lima

Doutora em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: angellamaria@uel.br

Jucenir da Silva Serafim

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: jucenir@uel.br

RESUMO

Este artigo, apresenta dados referente a matrículas de estudantes com deficiências no ensino superior brasileiro com foco nos dados das universidades estaduais do Paraná IEES-PR e à caracterização das mesmas por raça /gênero. Os dados foram extraídos do INEP(2011-2019), exportados através do SPSS (Statistics (Statistical Package for the Social Science), e analisados à luz da Sociologia. Os principais objetivos esteve em identificar a caracterização desses estudantes e mapear o que o cenário encontrado nos revelam, viabilizado esclarecer quem são esses sujeitos. Em linhas gerais, os dados revelam muitos desafios do acesso da população preta e parda com deficiência ao ensino superior. Em relação ao sexo, observamos que a caracterização sociológica nacional aponta que um dos efeitos da política estadual e que não coloca o Estado do Paraná alinhado à tendência nacional é em relação ao maior acesso de pessoas com deficiência do sexo masculino, do que de pessoas com deficiência do sexo feminino. Sobre o tipo de deficiência, observamos maior incidência de deficiência física nos dados nacionais e no Estado do Paraná, seguida pela baixa visão. Já nas universidades estaduais do Paraná, destacamos a baixa visão, a qual compõe 68% do total de matrículas de pessoas com deficiência ao longo do período todo. Tais dados evidenciam, por exemplo, a necessidade de políticas públicas que contemplem o incentivo a uma transformação do cenário dessa realidade social

encontrada, ou seja dos marcadores sociais que se configuram, muitas vezes, como marcadores das desigualdades e das diferenças.

Palavras-chave: Ensino Superior. Deficiência. Raça. Gênero. Indicadores Sociais.

ABSTRACT

This article presents data regarding the enrollment of students with disabilities in Brazilian higher education with a focus on data from Paraná state universities (IEES-PR) and the characterization of these students by race/gender. The data were extracted from INEP (2011-2019), exported using SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), and analyzed in light of Sociology. The main objectives were to identify the characterization of these students and to map what the scenario found reveals to us, making it possible to clarify who these subjects are. In general terms, the data reveal many challenges for the access of the black and brown population with disabilities to higher education. In relation to sex, we observe that the national sociological characterization points out that one of the effects of state policy, which does not align the State of Paraná with the national trend, is the greater access of male persons with disabilities than female persons with disabilities. Regarding the type of disability, we observed a higher incidence of physical disability in the national data and in the State of Paraná, followed by low vision. In the state universities of Paraná, we highlight low vision, which makes up 68% of the total enrollments of people with disabilities throughout the entire period. Such data evidence, for example, the need for public policies that contemplate the incentive for a transformation of the scenario of this social reality found, that is, of the social markers that often configure themselves as markers of inequalities and differences.

Keywords: Higher Education. Disability. Race. Gender. Social Indicators.

RESUMEN

Este artículo presenta datos referentes a la matrícula de estudiantes con discapacidad en la educación superior brasileña con foco en los datos de las universidades estaduais de Paraná (IEES-PR) y a la caracterización de las mismas por raza/género. Los datos fueron extraídos del INEP (2011-2019), exportados a través del SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), y analizados a la luz de la Sociología. Los principales objetivos fueron identificar la caracterización de esos estudiantes y mapear lo que el escenario encontrado nos revela, posibilitando esclarecer quiénes son esos sujetos. En líneas generales, los datos revelan muchos desafíos del acceso de la población negra y parda con discapacidad a la educación superior. En relación al sexo, observamos que la caracterización sociológica nacional apunta que uno de los efectos de la política estadual y que no coloca al Estado de Paraná alineado a la tendencia nacional es en relación al mayor acceso de personas con discapacidad del sexo masculino, que de personas con discapacidad del sexo femenino. Sobre el tipo de discapacidad, observamos mayor incidencia de discapacidad física en los datos nacionales y en el Estado de Paraná, seguida por la baja visión. Ya en las universidades estaduais de Paraná, destacamos la baja visión, la cual compone el 68% del total de matrículas de personas con discapacidad a lo largo de todo el período. Tales datos evidencian, por ejemplo, la necesidad de políticas públicas que contemplen el incentivo a una transformación del escenario de esa realidad social encontrada, o sea, de los marcadores sociales que se configuran, muchas veces, como marcadores de las desigualdades y de las diferencias.

Palabras clave: Educación Superior. Discapacidad. Raza. Género. Indicadores Sociales.

1 INTRODUÇÃO

Neste, apresentamos os dados de matrículas de estudantes com deficiências no Brasil, no Paraná (todas as IES) com recorte nas universidades estaduais do Paraná¹, entre os anos de 2012 e 2019, tomando como base Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a interseccionalidade dos dados com as categorias raça/gênero permitiam traçar um parâmetro sobre a caracterização das matrículas desses estudantes no ensino superior. De perspectiva dialética e crítica, teceremos considerações dos encontrados.

Na tabela 01 apresenta-se dados da categoria raça entre as pessoas com deficiência matriculadas no ensino superior brasileiro, a nível Estado do Paraná (incluindo públicas e privadas) e o quantitativo focado nas Estaduais do Paraná. Na tabela 02, apresentamos os dados distribuídos pela mesma sequência relativo à categoria gênero. Em continuação, encontramos a tabela 03 nessas mesmas distribuições, referentes à categoria “tipos de deficiências” abordadas neste artigo, sendo elas: deficiência auditiva, física, intelectual, múltipla, surdez, surdo-cegueira, baixa visão e cegueira.

Importante efetuar a análise dessas especificidades como eixo de discussão, pois de acordo com dados da “Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência”, organizado por Luiza Maria Borges Oliveira (2012), dentre 45.606.048 brasileiros, 23,9% dessa população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual.

Portanto, o principal objetivo consiste em mapear e caracterizar quem são os sujeitos com deficiências que ocupam os bancos das universidades e a partir disso realizar uma análise sociológica do que esses dados nos revelam diante de uma dada realidade social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Iniciamos pela categoria raça entre as pessoas com deficiência, pelo fato desta se constituir não só em marcador de diferença e pertencimento, mas também em marcador de desigualdade no país, o que justifica a relevância de políticas públicas educacionais que ampliem o acesso e a permanência de populações negras e com deficiências nas universidades. Afinal, como relata Quijano (2005), “raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p.118). Há de se destacar como a categoria raça carrega uma ideologia eurocêntrica de branqueamento, o que

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual do Paraná (Unespar) Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO) Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) E Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

sintetizam as concepções do colonialismo para justificar explorações, discriminações, desigualdades nas relações de poder contra as populações historicamente marginalizadas. Assim, para o mesmo autor, a categoria raça, consiste;

[...] com total certeza, o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos. Produzida no mero início da formação da América e do capitalismo, no trânsito do século XV para o XVI, nos séculos que seguiram foi Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades imposta sobre toda a população do planeta como parte da dominação colonial da Europa (QUIJANO, 2000, s/p).

Outro marcador de diferença e de pertencimento, mas também de desigualdade social no Brasil, está configurado na categoria gênero, por isso a importância de analisar tais dados quando refletimos acerca da caracterização das pessoas com deficiência no Brasil, no Paraná e nas IEES/PR. Nesta pesquisa, assim como em Gomes (2018, p.01), “o gênero é tomado como pergunta, como categoria que permite colocar em questão os sujeitos – como sujeitos da cultura, como sujeitos sociais, como sujeitos históricos, como sujeitos políticos e como sujeitos de direitos”.

Tomando como base os dados da “Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência”, confeccionado por Luiza Maria Borges Oliveira (2012), dos 45.606.048 brasileiros, 25.800.681 (26,5%) são mulheres e 19.805.367 (21,2%) são homens. Deste dado demográfico geral (45.606.048 de brasileiros), tem-se que 38.473.702 pessoas vivem em áreas urbanas e 7.132.347 de brasileiros vivem em áreas rurais.

Em uma perspectiva sociológica, podemos dizer que gênero;

[...] como categoria ontológica, considera as diferenças e as desigualdades atribuídas ao homem e à mulher, que ganham sentido através de sistemas simbólicos culturais que designam masculinidade e feminilidade como um conjunto de qualidades opostas e hierárquicas no marco do androcentrismo (a visão do homem como o centro e a norma para os seres humanos) e do patriarcado (sexismo sistêmico institucionalizado, que implica subordinação e opressão da mulher) (CARVALHO; ANDRADE; MENEZES, 2010; HOOKS, 2000). Os estudos feministas problematizam a noção de naturalidade do sexo, fundada na visão biológica, e buscam compreender as relações de poder que estão imbricadas nos papéis, identidades e estereótipos de gênero. (Apud DANTAS, SILVA, CARVALHO, 2014, s/p).

Estes dados mostram a importância de políticas públicas que considerem a interseccionalidade entre deficiência e gênero, conexão esta que ainda aparece de forma desvalorizada nas pesquisas nacionais. Como causa ou como consequência disso, há uma “visão comum sobre as pessoas com deficiência relacionada geralmente ao rótulo incapacitante da deficiência, acarretando a invisibilidade da sexualidade e o não reconhecimento do ser homem/mulher com deficiência” (DANTAS, SILVA, CARVALHO, 2014, s/p).

3 MÉTODO

De cunho predominantemente quantitativa, recorreremos aos indicadores educacionais, obtidos por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP), extraídos e exportados através do SPSS (*Statistics (Statistical Package for the Social Science)*). Interpretados via “Leia-Me” correspondente a cada anos e posteriormente analisados. Os indicadores sociais via microdados, se referem a dados quantitativos que revelam diferentes variáveis sobre uma realidade social. É possível por meio desse recurso metodológico, identificar, demonstrar e comprovar as mudanças sociais no decorrer do seu processo. (JANNUZZI, 2002, p. 2)

Podemos caracterizar a leitura dos resultados fundamentado nos saberes das Ciências Sociais “[...] por uma multiplicidade de abordagens, com pressupostos, metodologias e estilos diversos” (ALVES-MAZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2000, p. 128). No caso dessa pesquisa qualiquantitativa, defendemos a abordagem analítica, crítica e dialética na compreensão dos fenômenos sociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos, conforme tabela 01, 02 e 03 os resultados obtidos bem como a análise dos mesmos conforme suas categorias.

Tabela 01- Número de matrículas de pessoas com deficiências por raça no ensino superior no Brasil, paranaense e com recorte nas estaduais do Paraná

Cor/Raça	Ano	Nacional			Paraná			Estaduais (PR)		
		Núm. total	%	% entre declarados	Núm. total	%	% entre declarados	N. Total	%	% entre declarados
Branca	2012	9110	26,3 %	58,5%	950	32,6 %	62,2%	285	59,0 %	70,7%
	2013	9800	25,9 %	57,2%	680	27,2 %	66,3%	244	57,7 %	70,1%
	2014	14161	31,4 %	49,2%	1471	40,8 %	65,4%	327	62,0 %	72,2%
	2015	19825	38,4 %	50,1%	2051	39,7 %	62,8%	378	65,6 %	73,1%
	2016	20706	41,6 %	52,5%	2552	40,9 %	65,1%	423	68,1 %	72,2%
	2017	22323	42,5 %	51,4%	2670	41,1 %	61,7%	453	69,4 %	70,8%
	2018	25723	43,2 %	49,1%	3981	53,4 %	58,3%	493	70,0 %	70,9%

	2019	28879	43,3 %	47,7%	4631	55,2 %	59,2%	517	67,8 %	68,5%
Preta	2012	1113	3,2%	7,2%	53	1,8%	3,5%	10	2,1%	2,5%
	2013	1258	3,3%	7,3%	63	2,5%	6,1%	8	1,9%	2,3%
	2014	2452	5,4%	8,5%	143	4,0%	6,4%	14	2,7%	3,1%
	2015	5361	10,4 %	13,5%	187	3,6%	5,7%	21	3,6%	4,1%
	2016	3881	7,8%	9,8%	201	3,2%	5,1%	31	5,0%	5,3%
	2017	4564	8,7%	10,5%	262	4,0%	6,1%	37	5,7%	5,8%
	2018	5506	9,3%	10,5%	483	6,5%	7,1%	38	5,4%	5,5%
	2019	5948	8,9%	9,8%	518	6,2%	6,6%	46	6,0%	6,1%
Parda	2012	4068	11,7 %	26,1%	174	6,0%	11,4%	74	15,3 %	18,4%
	2013	5121	13,5 %	29,9%	220	8,8%	21,4%	67	15,8 %	19,3%
	2014	10808	24,0 %	37,5%	519	14,4 %	23,1%	82	15,6 %	18,1%
	2015	13030	25,2 %	32,9%	788	15,3 %	24,1%	91	15,8 %	17,6%
	2016	13471	27,0 %	34,2%	907	14,5 %	23,1%	99	15,9 %	16,9%
	2017	15157	28,8 %	34,9%	1136	17,5 %	26,3%	116	17,8 %	18,1%
	2018	19524	32,8 %	37,3%	2020	27,1 %	29,6%	124	17,6 %	17,8%
	2019	23959	35,9 %	39,6%	2371	28,3 %	30,3%	145	19,0 %	19,2%
Amarela	2012	1178	3,4%	7,6%	345	11,8 %	22,6%	32	6,6%	7,9%
	2013	870	2,3%	5,1%	56	2,2%	5,5%	28	6,6%	8,0%
	2014	1248	2,8%	4,3%	104	2,9%	4,6%	26	4,9%	5,7%
	2015	999	1,9%	2,5%	223	4,3%	6,8%	22	3,8%	4,3%
	2016	1047	2,1%	2,7%	229	3,7%	5,8%	30	4,8%	5,1%
	2017	1098	2,1%	2,5%	235	3,6%	5,4%	31	4,7%	4,8%
	2018	1227	2,1%	2,3%	295	4,0%	4,3%	37	5,3%	5,3%
	2019	1279	1,9%	2,1%	248	3,0%	3,2%	41	5,4%	5,4%
Indígena	2012	95	0,3%	0,6%	5	0,2%	0,3%	2	0,4%	0,5%
	2013	98	0,3%	0,6%	7	0,3%	0,7%	1	0,2%	0,3%
	2014	141	0,3%	0,5%	13	0,4%	0,6%	4	0,8%	0,9%

2015	357	0,7%	0,9%	18	0,3%	0,6%	5	0,9%	1,0%
2016	320	0,6%	0,8%	29	0,5%	0,7%	3	0,5%	0,5%
2017	327	0,6%	0,8%	23	0,4%	0,5%	3	0,5%	0,5%
2018	411	0,7%	0,8%	53	0,7%	0,8%	3	0,4%	0,4%
2019	431	0,6%	0,7%	60	0,7%	0,8%	6	0,8%	0,8%

FONTE: INEP-Dados do Censo (2020)

Os brancos representam a maior proporção de estudantes com deficiência em todos os níveis (nacional, estadual e nas estaduais do PR). Pessoas da cor parda apresentaram crescimento expressivo no período, tanto no Brasil quanto no Paraná. O aumento de pardos matriculados reflete maior acesso de grupos historicamente sub-representados ao ensino superior. Em relação às pessoas pretas, percentual ainda inferior aos demais grupos, mas em ascensão, principalmente a partir de 2016.

Neste contexto, identificamos, na tabela 01, através dos dados nacionais, paranaenses e das universidades estaduais do Paraná, a prevalência de pessoas brancas com deficiência em relação às pessoas com deficiências pretas e pardas, classificadas pelo IBGE como população negra. Assim, entre as pessoas com deficiências inseridas nas instituições de ensino superior também deveria haver essa mesma proporção, ou seja, maiores em números de pretos e pardos.

O que os dados revelam é que, o acesso da população preta e parda com deficiência ao ensino superior, não acompanha a mesma proporção demográfica dessa população, seja no estado do Paraná, seja nas estaduais do Paraná ou em nível nacional. Por exemplo, no Estado do Paraná, temos uma porcentagem de pessoas pretas e pardas que está em torno de 34%, de acordo com os últimos levantamentos demográficos (BRASIL, IBGE-2010).

No que diz respeito aos dados da população com deficiência no Paraná, entre as pessoas que mais acessam o ensino superior, prevalece a população branca. Essa informação acompanha a tendência de termos uma maioria de pessoas sem deficiências branca no Estado do Paraná, assim como nas sete IEES/PR, porém com um índice muito abaixo daquele relativo às pessoas com deficiência quando fazemos a comparação demográfica da população em geral.

Tabela 02 - Número de matrículas de pessoas com deficiências por gênero no ensino superior no Brasil, no Estado do Paraná e com recorte nas Estaduais do Paraná

Sexo	Ano	Nacional		Paraná		Estaduais (PR)	
		Num. total	%	Num. total	%	Núm. Total	%
Masculino	2012	17035	49,2%	1522	52,2%	260	53,8%
	2013	18586	49,2%	1427	57,1%	227	53,7%

	2014	22079	49,0%	2000	55,5%	275	52,2%
	2015	25477	49,3%	2997	58,1%	297	51,6%
	2016	24070	48,3%	3467	55,5%	328	52,8%
	2017	25270	48,1%	3596	55,3%	351	53,8%
	2018	28227	47,4%	3815	51,2%	393	55,8%
	2019	31744	47,6%	4215	50,3%	412	54,0%
Feminino	2012	17621	50,8%	1396	47,8%	223	46,2%
	2013	19210	50,8%	1074	42,9%	196	46,3%
	2014	23009	51,0%	1606	44,5%	252	47,8%
	2015	26208	50,7%	2163	41,9%	279	48,4%
	2016	25743	51,7%	2776	44,5%	293	47,2%
	2017	27272	51,9%	2907	44,7%	302	46,2%
	2018	31269	52,6%	3639	48,8%	311	44,2%
	2019	35006	52,4%	4168	49,7%	351	46,0%

FONTE: Elaboração própria com base nos microdados do Censo de Educação Superior (MEC/INEP, 2012-2019)

Em relação ao sexo, observamos que a caracterização sociológica nacional aponta para uma maior incidência de mulheres com deficiência nas universidades e essa tendência nacional não se mantém no Paraná e nem nas universidades estaduais do Paraná. Do mesmo modo que não há uma maior incidência de algum tipo de deficiência em pessoas brancas, nós também não temos maior incidência de deficiência em pessoas do sexo masculino. Então, o que nós vamos observar é que, um dos efeitos da política estadual e que não coloca o Estado do Paraná alinhado à tendência nacional é em relação ao maior acesso de pessoas com deficiência do sexo masculino, do que de pessoas com deficiência do sexo feminino.

Essa maior incidência de pessoas do sexo masculino com deficiência também é observada na Educação Básica e em proporções até maiores do que as encontradas no acesso dessa população a universidades.

Tabela 03- Número de matrículas de pessoas com deficiências por categoria de deficiências no ensino superior no Brasil, no Estado do Paraná e com recorte nas Estaduais do Paraná

Tipo de Deficiência	Ano	Nacional		Paraná		Estaduais (PR)	
		Num. total	%	Num. Total	%	Num. total	%
Deficiência Auditiva	2012	7464	21,0%	1117	38,0%	36	7,3%
	2013	8559	22,1%	189	7,2%	40	9,3%

	2014	7667	16,6%	475	12,9%	48	9,0%
	2015	7550	14,3%	539	10,2%	45	7,7%
	2016	7124	14,0%	702	11,0%	39	6,2%
	2017	7572	13,8%	617	9,3%	48	7,2%
	2018	8204	13,1%	895	10,8%	59	8,1%
	2019	9144	13,1%	1117	12,7%	70	8,6%
Deficiência Física	2012	9007	25,3%	524	17,8%	56	11,3%
	2013	10354	26,7%	825	31,6%	42	9,8%
	2014	14216	30,8%	1020	27,8%	60	11,2%
	2015	18210	34,4%	1917	36,3%	72	12,4%
	2016	18319	36,0%	2527	39,8%	78	12,4%
	2017	20146	36,8%	2777	41,8%	95	14,2%
	2018	21762	34,7%	2760	33,2%	110	15,2%
	2019	23089	33,0%	2641	30,0%	131	16,0%
Deficiência Intelectual	2012	744	2,1%	37	1,3%	2	0,4%
	2013	746	1,9%	52	2,0%	1	0,2%
	2014	1346	2,9%	148	4,0%	4	0,7%
	2015	2280	4,3%	187	3,5%	3	0,5%
	2016	1895	3,7%	293	4,6%	4	0,6%
	2017	2724	5,0%	356	5,4%	4	0,6%
	2018	3662	5,8%	503	6,0%	12	1,7%
	2019	5605	8,0%	558	6,3%	11	1,3%
Deficiência Múltipla	2012	666	1,9%	19	0,6%	0	0,0%
	2013	524	1,4%	17	0,7%	2	0,5%
	2014	781	1,7%	56	1,5%	2	0,4%
	2015	844	1,6%	77	1,5%	4	0,7%
	2016	1079	2,1%	104	1,6%	5	0,8%
	2017	961	1,8%	105	1,6%	5	0,7%
	2018	1336	2,1%	155	1,9%	5	0,7%
	2019	1201	1,7%	146	1,7%	5	0,6%
Surdez	2012	2197	6,2%	220	7,5%	5	1,0%
	2013	2061	5,3%	265	10,2%	3	0,7%
	2014	2361	5,1%	299	8,1%	3	0,6%
	2015	2464	4,7%	276	5,2%	3	0,5%

	2016	2520	4,9%	345	5,4%	8	1,3%
	2017	2857	5,2%	316	4,8%	19	2,8%
	2018	3053	4,9%	344	4,1%	18	2,5%
	2019	3459	4,9%	345	3,9%	37	4,5%
Surdocegueira	2012	171	0,5%	6	0,2%	0	0,0%
	2013	208	0,5%	9	0,3%	0	0,0%
	2014	152	0,3%	13	0,4%	0	0,0%
	2015	156	0,3%	12	0,2%	1	0,2%
	2016	139	0,3%	16	0,3%	2	0,3%
	2017	210	0,4%	21	0,3%	0	0,0%
	2018	203	0,3%	27	0,3%	0	0,0%
	2019	229	0,3%	20	0,2%	0	0,0%
Baixa visão	2012	8399	23,6%	748	25,5%	388	78,5%
	2013	8830	22,8%	1049	40,2%	334	78,0%
	2014	10351	22,4%	1196	32,6%	403	75,5%
	2015	12297	23,2%	1291	24,4%	435	74,9%
	2016	14675	28,8%	1597	25,1%	469	74,3%
	2017	14326	26,2%	1560	23,5%	459	68,7%
	2018	17041	27,2%	2348	28,2%	463	63,8%
	2019	18951	27,1%	2523	28,6%	472	57,7%
Cegueira	2012	5186	14,6%	100	3,4%	7	1,4%
	2013	5773	14,9%	56	2,1%	5	1,2%
	2014	2442	5,3%	222	6,0%	11	2,1%
	2015	2582	4,9%	388	7,3%	13	2,2%
	2016	2858	5,6%	439	6,9%	18	2,9%
	2017	2909	5,3%	405	6,1%	23	3,4%
	2018	3398	5,4%	566	6,8%	28	3,9%
	2019	3461	4,9%	685	7,8%	23	2,8%

FONTE: Elaboração própria com base nos microdados do Censo de Educação Superior (MEC/INEP, 2012-2019)

Se tomarmos como referência a população total residente no país, segundo o Censo de 2010, isto é, 45.606.048 brasileiros, temos que:

[...] 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas.

A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%. (BRASIL, 2012, p. 07).

Em relação ao tipo de deficiência, quando recortamos os dados referentes ao período de 2012 a 2019, observamos que os tipos com maior incidência referentes aos dados nacionais são a deficiência física e a baixa visão, incidência esta que se repete no estado do Paraná.

O que esse dado nos mostra, ao contrário de todos os dados da Educação Básica, em que a maior incidência disparada é da deficiência intelectual, chegando a quase 70% dos casos em alguns estados, no ensino superior temos um alinhamento da tendência de incidência do tipo de deficiência com os dados demográficos.

Então, no ensino superior observamos maior incidência de deficiência física nos dados nacionais e no Estado do Paraná (todas as IES), seguida pela baixa visão, do mesmo modo que há essa incidência das duas condições na população de um modo geral. Já nas universidades estaduais do Paraná, destacamos a baixa visão, a qual compõe 68% do total de matrículas de pessoas com deficiência ao longo do período todo, havendo queda da incidência da baixa visão a partir de 2017, correspondendo acerca de 60% dos casos.

Outro ponto de destaque é a baixa incidência nas universidades estaduais de pessoas com deficiência auditiva ou surdez. Nos dados nacionais, observamos os números de deficiência auditiva oscilando de 2012 com 20% dos casos e chegando em 2019, entre 12% e 13%. Enquanto, nas estaduais do Paraná, ao longo de todo período, os casos de deficiência auditiva não ultrapassam 10% e no Paraná como um todo destaca-se que em 2012 a deficiência auditiva compunha quase 40% dos casos, mas chegando a 12% em 2019, oscilando muito pouco ao longo do período.

Portanto, concluímos que, em relação a esses dados, temos uma garantia maior de acesso no ensino superior das pessoas com esses dois tipos de deficiência, tanto física, quanto baixa visão. Tal informação mostra que deve haver um incremento nessas políticas públicas para que haja maior acolhimento de pessoas com outros tipos de deficiências nas universidades.

5 INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA, GÊNERO E DEFICIÊNCIA

A relação de colonialidade nos remete aos tempos passados e pressupõe que um grupo de pessoas se sobrepõe a outros, ou seja, a persistência nas relações de poder e de dominação entre dominantes e dominados. Contudo, não viver em tempos de colônia não é o mesmo que romper com a caracterização desse contexto, pois a partir de uma lógica social, aqueles sujeitos ditos dominados dos tempos coloniais, ocupariam quais lugares dentro de uma realidade social no decorrer da história?

Neste contexto de desigualdades e do colonialismo, Quijano (2005) explica que o colonialismo se instaura em uma estrutura global, porque tem como principal articulador o poder. Aqueles que detêm o poder são os dominantes, enquanto os outros, seus dominados. Nessa perspectiva, o colonialismo ou essas relações desiguais de poder, nos permite pensar a persistência das opressões nas relações de gênero, de sexo, de escolarização, e também para as pessoas com deficiências.

A colonialidade do poder é um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989, e amplamente utilizado pelo grupo. Ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo. O conceito possui uma dupla pretensão. Por um lado, denuncia “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p.126). Por outro, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade. Esse entendimento é bem explicado por Grosfoguel. (Apud BALLESTRIN, 2013, p.99-100).

A organização e as relações de trabalho são maneiras de dominação, sobretudo, quando pensamos sob a ótica do sistema capitalista e de suas formas de controle por meio da divisão de trabalho. Além disso, cabe pensar na interseccionalidade de gênero, de raça, de classe e também da pessoa com deficiência. Assim, quando Quijano (2005) propõe que uma das formas de dominação se dá pela organização do trabalho e de seus produtos (a riqueza que ele gera), pode-se pensar que a própria divisão do trabalho, quando compreendida com base no critério da racialização, consolidou o poder colonial e reafirmou novas formas de controle, especialmente a partir do desenvolvimento do sistema capitalista.

Colonialidade do poder consiste na **identificação dos povos conforme certos fenótipos estabelecidos e impostos pelo pensamento Ocidental**. Percebe-se que a raça tornou-se o instrumento de dominação mais eficaz e durável, influenciando também outros aspectos que foram utilizados para a propagação da Modernidade e do pensamento eurocêntrico, como o gênero, a sexualidade, o conhecimento, as relações políticas, ambientais e econômicas (QUIJANO, 2005, p.118).

Nesses pressupostos, estamos diante de inúmeras possibilidades de desigualdades sociais e de cenários excludentes, sendo a educação um deles. Portanto, como se dá o processo de escolarização das pessoas que vivenciam ou carregam alguma marca social da desigualdade é uma problematização pertinente.

Uma das formas de combate aos contextos de exclusão, as quais diferentes grupos sociais estão expostos é por meio das políticas públicas que se operam de diferentes formas. Nesse sentido,

é relevante compreendermos o que dizem as políticas e os programas de inclusão e sobretudo os efeitos delas sobre determinada realidade social, neste caso, sobre as matrículas dos alunos com deficiências nas IEES-PR.

Quando falamos em raça, especificamente, pensamos nas relações de poder estabelecidas ao longo da história entre o homem branco e suas superioridades sobre o homem negro. Quando olhamos para a história, percebemos a autoridade dos brancos sobre o controle público, identificando-se como diferentes e superiores.

Nesse sentido, a operacionalização da chamada democracia se coloca em risco, uma vez que se exige para isso que todos se veem e exercitem seu direitos como iguais, comprometendo a posição dos ditos brancos, pois para tal, precisaria romper com as relações de dominador-dominado-explorador e explorado, ou seja, seria necessário abrir mão dos seus privilégios mantidos por essa relação desigual.

A “abolição” se constitui como um marco nesse processo, que colocou o homem negro na posição de adaptar-se ao novo sistema de trabalho, ou seja, de condições inferiores e desvantajosas que aos poucos, na necessidade de mão de obra barata, foram se introduzindo no desenvolvimento econômico da sociedade. As relações em que vivenciaram no contexto histórico da escravização, por muitas gerações, se caracterizam, até hoje, como resultado o atraso ao acesso em diversas áreas da vida e a educação, e uma delas.

Para combater esse atraso, que ainda persiste, inclusive no interior de políticas públicas no Brasil, há de se considerar a distinção entre “negro tema” e “negro vida”, trazida pelo sociólogo negro brasileiro Guerreiro Ramos, pois uma concepção de política pública é aquela destinada às populações negras com deficiências e outra concepção de políticas públicas é aquela não só destinada à estas populações, mas construída por essas pessoas e gestadas por elas, valorizando seus saberes, suas vozes, suas demandas e seus espaços de fala.

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, profético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (GUERREIRO RAMOS, 1955, p. 215).

Por isso, podemos inferir que a trajetória e as marcas históricas das pessoas negras na vida em sociedade, reflete até hoje em diferentes contextos, sobretudo quanto à escolarização. Quando nos

referimos às pessoas negras com deficiências, podemos afirmar que é um grande avanço ter essa realidade presente nas instituições de ensino superior.

Mas, se considerarmos que mais da metade da população brasileira, de acordo com dados do Censo do IBGE 2010 são pardas e pretas, identificadas pelo órgão como negras, e que estamos longe de ter a mesma proporção nas universidades públicas paranaenses, isso denota que as políticas públicas existentes ainda não foram suficientes para aumentar esse número.

Quando dimensionamos o olhar sobre a categoria gênero, por essa mesma perspectiva, identificamos relações de opressão sobre os direitos da mulher na sociedade. Não é difícil recordamos o papel predominantemente de cuidadora do lar e dos filhos. Contudo, a própria constituição do mercado capitalista exige o auxílio da força de trabalho da mulher no rendimento familiar, pela ótica do trabalho produtivo exercido pelas mulheres, correspondendo a uma mão de obra mais barata e ao mesmo tempo geradora de lucro, além de tais atividades já somarem com tantas outras já executadas por elas.

Não há dúvidas que a introdução da mulher no sistema educacional e, sobretudo ao mercado de trabalho qualificado é muito mais custoso e perturbador. Nesse cenário, da mulher no mercado de trabalho, temos outra frente de análise, digam-se da participação das mulheres negras na sociedade, essas as quais estavam expostas não a uma relação de trabalho, mas a uma relação exclusivamente de mercadoria, o que infelizmente não foi superado, mesmo com a “abolição” do sistema escravocrata.

Ou seja, nessa conexão já mencionada da história do negro, temos um agravante quando falamos da história da mulher negra na sociedade. Nesse sentido que a compreensão do fenômeno do número de matrículas no ensino superior de pessoas com deficiências deve considerar a interseccionalidade de elementos intrinsecamente interligados quando se deseja ter um parâmetro de uma dada realidade social. Nesse caso, quando falamos de pessoas com deficiências, falamos também, por exemplo, de outros marcadores sociais das desigualdades como, da pessoa negra e de diferentes identidades de gênero.

Quando voltamos nosso olhar especificamente às pessoas com deficiências, os marcadores sociais nos levam as mesmas categorias em que se constituíram as pessoas negras e também as mulheres, ou seja, indicadores de segregação, exclusão e de desigualdade em diferentes contextos. No que tange a educação a realidade não foi diferente.

No contexto capitalista em que se desenvolve a sociedade, o ser humano tem seu valor pela sua potencialidade de produção e de contribuição com esse sistema, por isso, as pessoas com deficiência foram muito tardiamente sendo introduzidas na vida cidadã, na educação, por exemplo, inicia-se com o modelo “especial” apenas em finais do século XX.

Quando falamos especificamente do ensino superior, os avanços são mais recentes e ainda incipiente, como demonstram os dados. Nesse contexto, embora percebemos um ligeiro aumento no número de matrículas de estudantes com deficiências no ensino superior no Paraná, por exemplo, ainda sim, percebe-se que trata-se de uma quantidade ainda muito inferior ao número de pessoas com deficiência no Brasil (23,9% da população brasileira em geral).

Aqui novamente a importância de políticas públicas e Ações Afirmativas de expansão de acesso e permanência para propiciar de fato o processo de democratização no ensino superior público, mesmo que seja ainda uma medida ainda inexpressiva diante das desigualdades sociais que afetam todas as instituições, não só as educacionais.

Além disso, afirma-se que o gênero e a raça são fatores principais entre pessoas com e sem deficiência, pela trajetória e marcas históricas tanto da questão escravocrata quanto patriarcal. Porém, ainda faltam mais estudos, nas áreas de Ciências Sociais e de Educação, que articulem a conexão dessas categorias quanto à sua participação efetiva em diferentes áreas sociais, sobretudo nas instituições escolares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que além do acesso, as políticas públicas educacionais que tratam da permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior, devem primar pelo combate a todos os tipos de violências e de injustiças, que expandam o enfrentamento à violência do capacitismo. Significa dizer que tais políticas públicas precisam primar pela dimensão da interseccionalidade dos marcadores positivos de pertencimentos, diferenças, identidades e diversidades, combatendo veementemente os marcadores de desigualdades raciais, sexuais, de gênero, geracionais, econômicas, regionais, territoriais, étnicas, raciais, culturais, políticas, historicamente cristalizadas nesse país e no Estado do Paraná. Neste percurso, também ressaltamos a importância metodológica utilizada, o que nos proporciona e nos revela as fontes estatísticas via microdados acerca dessa realidade social e educacional, onde destacamos como principais resultados encontrados a caracterização das matrículas dos/as estudantes com deficiência no Ensino Superior, revelando-nos sua raça/cor, seu sexo/gênero, seus tipos de deficiências, entre outras variáveis relevantes. Os dados nos mostram muitos desafios. O acesso da população preta e parda com deficiência ao ensino superior, não acompanha a mesma proporção demográfica dessa população, seja no estado do Paraná, seja nas estaduais do Paraná ou em nível nacional. No que diz respeito aos dados da população com deficiência no Paraná, entre as pessoas que mais acessam o ensino superior, prevalece a população branca. Como mostramos, essa informação acompanha a tendência de termos uma maioria de pessoas sem

deficiências branca no Estado do Paraná, assim como nas sete IEES/PR, porém com um índice muito abaixo daquele relativo às pessoas com deficiência quando fazemos a comparação demográfica da população em geral. Ou seja, não há estatisticamente falando, a representatividade, de acordo com as estatísticas entre os dados demográficos e do INEP, da quantidade de matrículas das pessoas pretas e partas nas IEES-PR.

Em relação ao sexo, observamos que a caracterização sociológica nacional aponta que um dos efeitos da política estadual e que não coloca o Estado do Paraná alinhado à tendência nacional é em relação ao maior acesso de pessoas com deficiência do sexo masculino, do que de pessoas com deficiência do sexo feminino. Em relação ao tipo de deficiência, quando recortamos os dados referentes ao período de 2012 a 2019, observamos maior incidência de deficiência física nos dados nacionais e no Estado do Paraná, seguida pela baixa visão, do mesmo modo que há essa incidência das duas condições na população de um modo geral. Já nas universidades estaduais do Paraná, destacamos a baixa visão, a qual compõe 68% do total de matrículas de pessoas com deficiência ao longo do período todo, havendo queda da incidência da baixa visão a partir de 2017, correspondendo acerca de 60% dos casos.

Portanto, concluímos que, em relação a esses dados, temos uma garantia maior de acesso no ensino superior das pessoas com esses dois tipos de deficiência, tanto física, quanto baixa visão. Tal informação mostra que deve haver um incremento nessas políticas públicas para que haja maior acolhimento de pessoas com outros tipos de deficiências nas universidades.

Podemos afirmar, pelo conjunto de dados apresentados, que as políticas públicas específicas para as universidades estaduais do Paraná, beneficiam o acesso das pessoas com deficiências às instituições de ensino superior, mas elas ainda são incipientes e muito tímidas, no que se referem a garantir condições efetivas de permanência dessas pessoas. Há ainda que se conceber que concepção de permanência estamos defendendo. Trata-se de uma concepção de permanência com dignidade, com acessibilidade em todos os sentidos, com ações inclusivas de acompanhamento pedagógico e com direito de acesso aos serviços que façam o enfrentamento a todos os tipos de discriminações e violações de direitos dessa população.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método das ciências naturais e sociais. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2000.

BALLESTRI, Luciana* América Latina e o giro decolonial Decolonial turn and Latin America. 2013

BRASIL. Cartilha do Censo 2010. Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira; Brasília, DF: SDH-PR/SNPD, 2010, 32 p. Disponível em: <https://rb.gy/qwrczp>.

DANTAS, Taísa; CARVALHO, Jackeline Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento Interlace. • Rev. bras. educ. espec. 20 (4) , dez 2014

GUERREIRO RAMOS, Patologia social do branco brasileiro”. Jornal do Comércio, jan 1955.

INEP. Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2015. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

JANUZZI, Paulo. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas”. In: Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.36(1):51-72, jan/fev 2002.

PETRUCELLI, José Luis. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. 2013.p.13-29. In: PETRUCELLI, J L; SABOIA Características Étnicas Raciais da População Classificações e Identidades. Rio de Janeiro. Ibge.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>

QUIJANO, Anibal Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina 2005 p. 117-146. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005

QUIJANO, Anibal. Qué tal raza! América Latina en Movimiento, Quito: Agência Latinoamericana de Información - ALAI, n. 320, sept. 2000.